



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

da Rocha Lordelo, Eulina; Almeida Chalub, Anderson; Cardoso Guirra, Raquel; Seal Carvalho,
Cláudio

Contexto e Desenvolvimento Cognitivo: Frequência à Creche e Evolução do Desenvolvimento Mental

Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 20, núm. 2, 2007, pp. 324-334

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18820219>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Contexto e Desenvolvimento Cognitivo: Frequência à Creche e Evolução do Desenvolvimento Mental

Context and Cognitive Development: Attendance to Day Care Center and Evolution of Mental Development

Eulina da Rocha Lordelo*, Anderson Almeida Chalhub,
Raquel Cardoso Guirra & Cláudio Seal Carvalho

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil

Resumo

Este estudo objetivou avaliar efeitos da experiência de creche no desenvolvimento cognitivo de crianças freqüentando creche, em comparação com crianças que permaneciam em casa, todas de um bairro pobre de Salvador e condições sócio econômicas equivalentes. Dois grupos de crianças (18 em creche e 19 em casa), juntamente com suas mães, participaram do estudo. As Escalas Bayley ou WPPSI-R (dependendo da idade da criança) foram aplicadas quatro vezes em 26 meses; subsidiariamente, as mães foram entrevistadas para fornecer uma avaliação do desempenho da criança a partir de seu ponto de vista. Os resultados mostraram que o desenvolvimento cognitivo foi afetado pela renda das famílias e, parcialmente, pela escolaridade materna. Freqüentar a creche não produziu resultados significativos em desempenho cognitivo, enquanto a avaliação materna indicou algumas diferenças entre os dois grupos na primeira avaliação, que desapareceram, na maior parte, na última. Os resultados são parcialmente compatíveis com a literatura, e suas implicações são discutidas.

Palavras chave: Creche; efeito de creche; desenvolvimento cognitivo.

Abstract

This study aimed to assess effects of the day care center experience on the cognitive development of pre-school children. Two groups of children, 18 from day care centers and 19 who were cared for at their homes were studied, including their mothers, took part in this study. Both groups had equivalent socioeconomic status and lived in a very poor neighborhood. Bayley Scales or WPPSI-R Scale (according to age) were used four times in a 26 month period; as an auxiliary research instrument, the mothers were interviewed for providing a child assessment from their own point of view. The results show that family income and, to some extent, the mother's school level affected cognitive development. Attendance to a day care center did not produce significant differences in cognitive development; maternal assessments suggested some differences between groups in the first evaluation, which disappeared, most of them, in the last one. These results are compatible partially with international literature and their implications are discussed.

Keywords: Day care center; effect of day care center; cognitive development.

Nos 50 anos que se seguiram à segunda guerra mundial, as transformações na estrutura da família foram dramáticas, em termos de padrões de natalidade, atribuição de papéis e tarefas, modos de cuidar das crianças e padrões de relacionamento social. A entrada maciça da mulher na força de trabalho e a falta de pessoas disponíveis para cuidar das crianças forçaram as sociedades a criar e manter instituições onde as crianças de zero a seis anos poderiam passar o dia.

A psicologia do desenvolvimento, especialmente nos Estados Unidos, começou a avaliar os efeitos dessa experiência no desenvolvimento da criança, em diversas esferas, como o apego mãe-criança, habilidades sociais e cognitivas e padrões de ajustamento à escola e à comunidade, entre outras. O ambiente de discussão dessas avaliações tem sido tumultuado por suspeitas e acusações de que a pesquisa e/ou sua interpretação estariam contaminadas por viés ideológico, conservadorismo, preferências pessoais, entre outros aspectos (Bowman, 1992).

Os resultados empíricos encontrados têm sido um tanto ambíguos, mas algumas regularidades têm emergido. Até os anos 80 (Belsky, 1988; Belsky & Steinberg, 1988), os estudos realizados sugeriam pouco ou nenhum efeito em desenvolvimento cognitivo e algumas diferenças consistentes no comportamento social, de forma que as crianças cria-

* Endereço para correspondência: Rua Ranulfo Oliveira, 1007, apto. 202, Jardim Apipema, Salvador, BA, 40155-030. E-mail: eulina@ufba.br

Apoio CNPq.

Os autores agradecem a Dra. Darci Neves dos Santos e a Letícia Marques dos Santos a colaboração prestada em diversos momentos do projeto, bem como a Mariana Leal Martini, Lígia Maria Santos Lopes, Maria Del Pilar Ogando Dacal e Elaine Sousa Santos, que, como bolsistas de Iniciação Científica, participaram da coleta de dados. Finalmente, um agradecimento especial à Cláudia Magali Santos do Bomfim, que disponibilizou uma ajuda decisiva para a realização da pesquisa.

das em creche tendiam a ser mais orientadas para os pares do que para os adultos, apresentando algumas características sociais avaliadas como negativas.

No entanto, o problema continua longe de um entendimento consensual. Clarke-Stewart (1992a) reviu os estudos sobre efeitos de creche e resumiu as principais conclusões: desde que a creche tenha uma qualidade mínima, principalmente entre dois e quatro anos, não há evidência de que a experiência prejudique a criança, e até mesmo pode haver benefícios, em duas áreas: desenvolvimento cognitivo e competência social. Clarke-Stewart chama a atenção para uma importante condição da qual esses efeitos positivos dependem, a alta qualidade da creche.

Há também evidências de que a qualidade da creche está associada a alguns dos efeitos positivos encontrados. De acordo com Clarke-Stewart (1992a), quatro fatores devem ser considerados quando se fala em qualidade: o ambiente físico, o comportamento do cuidador, o currículo e o número de crianças. Quanto ao ambiente físico, há evidências de que o mais importante não é o tamanho absoluto do espaço (excluindo ambientes com superpopulação óbvia) nem a quantidade de brinquedos disponíveis. A estruturação do espaço, proporcionando diversidade e várias possibilidades de engajamento em diferentes atividades, tem sido considerada um indicador mais confiável de qualidade. No que diz respeito ao comportamento do cuidador, há base para afirmar que estabilidade, maior envolvimento do adulto, tratamento mais carinhoso e amigável, menos punição e menos diretividade são desejáveis e estão associados a resultados desenvolvimentais positivos. Com relação ao envolvimento do adulto em ajuda à criança, os resultados sugerem que a relação é curvilínea, ou seja, há um ponto ótimo em que os fatores produzem bons resultados, e além do qual os efeitos não são mais observáveis ou se invertem. A educação dos trabalhadores também tem sido vista como um indicador de qualidade, mas os resultados sugerem que quanto mais formação especializada tem o professor mais ele tenderá a enfatizar a atividade acadêmica da criança e menos sua competência social o que, às vezes, produz uma experiência de muita pressão sobre a criança, com consequências negativas para o seu desempenho.

O terceiro fator, o currículo, também está relacionado a melhores resultados desenvolvimentais, mas há um ponto de equilíbrio entre nenhuma estruturação e um nível de atividade organizada e conhecimentos específicos. Aparentemente, currículos que balanceiam ênfase em desenvolvimento social e desenvolvimento cognitivo são os mais efetivos em promover o desenvolvimento global da criança.

Finalmente, o número de crianças envolvidas nos grupos poderá afetar a qualidade do cuidado oferecido, em conjunção com fatores como a proporção de crianças por adulto e a idade das crianças. Nesse caso, arranjos com menos crianças e um menor número de crianças por adulto favorecerão o desempenho da criança em algumas medidas, mas não em todas, nas áreas de competência social.

Para o caso das crianças que entram na creche no primeiro ano de vida, os estudos têm mostrado que a experiência

de creche está relacionada com apego inseguro e com desenvolvimento cognitivo mais baixo, mas só entre os meninos, principalmente os de classe média. A autora discute as interpretações possíveis e sugere que as medidas de avaliação atualmente disponíveis não são boas o suficiente para garantir os resultados. Além disso, ela sugere que é necessário explorar mais o problema, de modo a indicar precisamente quais são os fatores que estão envolvidos na situação.

Os ganhos obtidos não são permanentes, durando apenas até os anos pré-escolares, e nem são cumulativos. Provavelmente, as maiores diferenças encontradas referem-se a desempenho comportamental da criança e não a desenvolvimento, de modo que todas as crianças adquirirão as habilidades em questão, embora as que frequentaram creches possam fazê-lo mais cedo (Bowman, 1992; Clarke-Stewart, 1992b). Por outro lado, as crianças que frequentam creche tendem a ser menos obedientes, mais agressivas, irritáveis e rebeldes.

Belsky (1992) discorda das conclusões de Clarke-Stewart (1992b) e mostra que outras interpretações são muito mais viáveis. Ele sustenta que o uso dos estudos revisados foi distorcido e refaz as análises, mantendo as conclusões indicadas por vários estudos específicos, quanto à força da evidência de que há efeitos detrimental ao desenvolvimento entre crianças que entram na creche no primeiro ano de vida, especialmente naquelas de baixa qualidade; ele considera que essas creches são, provavelmente, a regra e não a exceção nos Estados Unidos. Assim, ele sustenta que há forte base empírica para confiar na conclusão de que as creches, em geral, produzem prejuízos no comportamento social da criança, no sentido de aumentar o nível de agressão e não obediência, especialmente quando o tempo passado na creche é longo e a entrada se dá no primeiro ano de vida (Howes, 1990). Do mesmo modo, Belsky também sustenta que a base empírica é altamente sugestiva de que a creche tende a produzir apego inseguro, nas mesmas condições (longo tempo diário e entrada no primeiro ano de vida). Além disso, permanece a associação entre creches de baixa qualidade e baixo desempenho cognitivo.

Nos anos 90, muitos estudos apontavam para a complexidade do problema, destacando as interações existentes entre as diversas variáveis. No geral, emergiu uma tendência a considerar que a experiência da creche seria condicionada à sua qualidade, em interação com a qualidade do ambiente familiar e o nível sócio econômico da família, de modo que crianças de ambientes pobres que experimentavam uma creche de alta qualidade mostrariam resultados desenvolvimentais melhores, em comparação com aquelas frequentando creches de baixa qualidade. Essa relação tendia a desaparecer ou a se inverter, em algumas das áreas avaliadas, quando as crianças viviam em um ambiente considerado rico (Scarr & Eisenberg, 1993).

Mais tarde, um importante estudo realizado nos Estados Unidos (Early Child Care Research Network [NICHD], 2004), incluindo mais de mil crianças acompanhadas do nascimento até os 42 meses, produziu evidências de que as crianças que passaram mais tempo na creche nos primeiros 18 meses de vida apresentaram resultados em testes pré-

acadêmicos mais baixos do que aquelas cuja entrada em ambientes de creche ocorreu apenas no período pré-escolar; na verdade, houve uma correlação positiva entre horas passadas na creche em idade até os 18 meses e o desempenho. No que diz respeito ao comportamento social, também foi encontrada associação positiva entre experiência de creche em idade mais precoce e problemas comportamentais de externalização.

No Brasil, o problema do cuidado à criança menor de sete anos fora de casa entrou na agenda dos pesquisadores com uma série de estudos e discussões sobre concepções sobre creche, cuidado e educação da criança pequena, avaliações da qualidade das instituições, discussões relativas ao papel da creche, seu financiamento e status nos sistemas públicos de assistência social e educação.

Entretanto, estudos brasileiros sobre efeitos da experiência de creche¹ no desenvolvimento da criança praticamente não existem. Algumas exceções notáveis podem ser apontadas, entretanto. A primeira se refere ao trabalho de Rubiano (1992) e Rubiano e Rossetti-Ferreira (1985), que investigaram as condições do serviço oferecido, em creches públicas, em cidade do interior de São Paulo. Nessas avaliações, constatou-se que as oportunidades de interação com adultos eram pequenas, em função do grande número de crianças para cada adulto. Outras características relevantes que, em geral, constituem critérios para avaliar a qualidade da creche, também foram considerados deficientes. No entanto, nas avaliações das crianças, não foi encontrado déficit significativo nas dimensões investigadas: essas crianças não apresentavam problemas cognitivos ou comportamentais importantes, com exceção da área da linguagem, em que foi observado um pequeno atraso. Uma vez que o estudo não dispunha de uma amostra do mesmo nível sócio econômico vivendo em condição diferente, não era claro se tal atraso na linguagem deveria ser debitado à experiência da creche ou se era característico de todas as crianças desse nível sócio econômico, o que contribuiu para que a interpretação desse resultado, conforme reflexão das autoras, fosse considerada duvidosa.

Outra exceção pode ser encontrada na pesquisa de Boianovsky, (conforme citado em Rosemberg, 1986), realizada em Brasília, sobre os resultados desenvolvimentais de dois grupos de crianças vivendo em creches domiciliares e creches convencionais. Foi encontrado um efeito do tipo de cuidado, que se alterava em diferentes pontos do tempo: até três anos de idade, as crianças criadas em creches domiciliares apresentaram melhor crescimento; essa diferença desaparecia entre os três e cinco anos; para as crianças entre cinco e sete anos, os resultados voltavam a se diferenciar, mas agora na direção inversa, de modo que as crianças freqüentando creches convencionais obtiveram melhores resultados do que as que eram criadas em creches domiciliares.

Estudos sobre efeitos de diferenças nas experiências dos primeiros anos de vida no desenvolvimento cognitivo, mesmo em termos gerais, também são raros no Brasil. Um exemplo desse tipo de estudo pode ser visto no trabalho de Miranda et al. (1999), que realizaram um estudo com crianças freqüentando creches e suas mães, em São Paulo, buscando avaliar os efeitos da aplicação de técnicas especiais para melhorar a qualidade do envolvimento materno com a criança sobre seu nível de desenvolvimento. A intervenção ocorreu em 15 reuniões com as mães, realizadas durante nove meses. Os autores encontraram pequenas diferenças, estatisticamente não significativas, favorecendo as mães que participaram das sessões, nas medidas de qualidade do ambiente doméstico (medida pelo Inventário HOME) e saúde mental. Com relação às crianças, entretanto, embora tenha havido uma elevação geral dos resultados em desenvolvimento cognitivo (medido pela Escala Bayley), não ocorreram diferenças significativas entre os grupos experimental e de controle.

Mais recentemente, conforme as creches tornam-se parte da nossa realidade cotidiana, tendo também sido legalmente incorporadas ao sistema nacional de educação, as preocupações voltaram-se para questões mais práticas como financiamento e currículo. De certa forma, o interesse pelos efeitos da creche não progrediu, talvez por se acreditar que os resultados existentes na literatura internacional eram suficientes para apoiar as decisões das famílias e das políticas públicas em adotar amplamente essa forma de cuidado. Entretanto, não se deve esquecer que os estudos existentes sobre efeitos de creches provêm de países muito mais ricos do que o Brasil e as prováveis consequências que esse fato acarreta, seja no tempo de permanência na instituição, seja na razão adulto-criança praticada, nas concepções adotadas, no nível de instrução dos trabalhadores ou mesmo no tamanho e organização dos espaços disponíveis, bem como na qualidade dos equipamentos disponíveis.

Então, como uma experiência tão dependente do contexto imediato e, portanto, com possíveis efeitos sobre o bem estar atual da criança e seu desenvolvimento, pode deixar de ser investigada com cuidado? Não obstante as sugestões de que a preocupação com os efeitos das creches seja fruto de uma orientação ideológica neoliberal, que busca eximir o Estado da responsabilidade de educar a criança (Rossetti-Ferreira, 1995), ou que a interpretação dos resultados seja distorcida pelas preferências pessoais do pesquisador (Bowman, 1992), não parece haver soluções para o problema fora da discussão e do diálogo, substanciados, tanto quanto possível, por informação originada de estudos empíricos.

Assim, o presente estudo teve como objetivo explorar possíveis associações entre condições ambientais como escolaridade da mãe, renda familiar e freqüência à creche e, como variável dependente, o nível de desenvolvimento cognitivo da criança, medido por testes padronizados e avaliação materna.

Método

Participantes

Participaram do estudo 37 crianças (21 meninas e 16 meninos) e suas mães, todos vivendo num bairro pobre da periferia de Salvador. No início do estudo, as crianças tinham

¹ A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, toda a atenção dispensada a crianças menores de sete anos passou a ser designada pelo nome de Educação Infantil. No entanto, para efeitos do presente estudo, será utilizado o termo creche, para designar a modalidade de educação infantil em que a criança passa todo o dia numa instituição.

entre um e três anos de idade. Ao longo do tempo, cinco casos foram perdidos, o que resultou numa amostra de 32 crianças passíveis de comparação em todas as etapas da avaliação. Todas as perdas foram devidas à mudança de bairro das famílias, sem que se tenha podido localizar os novos endereços. Não houve restrições de idade, situação conjugal ou qualquer outra condição. As mães foram convidadas a participar da pesquisa numa reunião especialmente planejada para isso, quando o projeto foi apresentado e foram esclarecidos os direitos de cada participante, bem como as obrigações da equipe. Termos de consentimento informado foram firmados e todos os procedimentos para garantir o respeito aos participantes e sua liberdade de participação foram seguidos. Todas as famílias convidadas aceitaram participar do estudo, embora ao longo do período cinco famílias tenham se afastado do bairro sem informar o novo endereço. Durante a realização da pesquisa, três reuniões gerais com os participantes e a equipe foram realizadas, a primeira para explicar os objetivos e procedimentos da pesquisa e as seguintes para confraternizar e agradecer a participação, buscando desenvolver algum sentimento de pertença ao grupo. Relatórios simplificados das avaliações foram fornecidos a todas as famílias, em todas as etapas, bem como conversas informais e sugestões de busca de serviços de apoio para as crianças que mostraram alguma dificuldade em áreas específicas.

A creche em questão é uma instituição filantrópica gerenciada e mantida por uma organização não governamental estrangeira, com algum apoio de doadores privados e do governo brasileiro, através de vários órgãos relacionados à assistência social e à educação. A creche é parte do complexo de assistência da ONG, que atua também no âmbito da saúde e com outros grupos populacionais. A creche funciona num prédio construído especialmente para essa finalidade, com instalações simples, porém adequadas do ponto de vista da higiene, segurança e conforto ambiental. A instituição dispõe de área externa para recreação com uns poucos equipamentos, uma pequena biblioteca para crianças e também alguns materiais para brincadeiras de faz-de-conta; além disso, materiais utilizados normalmente em pré escolas (papel, tintas, lápis, cola) estão disponíveis para o trabalho cotidiano; o horário de funcionamento estende-se das 7:00 às 17:00, sendo fornecidas todas as refeições do dia. A equipe de trabalhadores é formada principalmente por professoras (instrução secundária) e monitoras, estas últimas com instrução mais baixa, geralmente no nível fundamental.

O bairro onde residiam as famílias participantes situa-se num subúrbio pobre de Salvador, com cerca de 15.000 moradores. O bairro está situado principalmente em aterros de áreas antes alagadas pelo mar, existindo ainda remanescentes de palafitas, onde se assentam as casas, muitas construídas com materiais inadequados. Desemprego, criminalidade e abuso de drogas são considerados problemas graves da região. Como em muitas áreas urbanas pobres no Brasil, a incidência de famílias cuja única fonte de renda provém da mulher é bastante alta (Associação dos Voluntários para o Serviço Internacional [AVSI], 1999; Moreira, 1999).

Instrumentos

Para este segmento do estudo, foram utilizados os seguintes instrumentos:

Escala Bayley de Desenvolvimento (Bayley, 1993). A Escala Bayley para o Desenvolvimento Infantil (BSID-II) é constituída de três sub-escalas (Mental, Motora e Comportamental), resultantes do desempenho da criança em diversas tarefas propostas, nas áreas correspondentes, a partir das quais os pontos obtidos são traduzidos em escores de uma escala normalizada (média 100 e desvio padrão 15). As instruções de aplicação e apuração foram traduzidas para o português pela equipe. O presente estudo utilizou os escores obtidos normalizados (IDM – Índice de Desenvolvimento Mental) na escala mental e, tendo em vista a ausência de validação do instrumento para a população brasileira, foi ignorada a escala classificatória, sendo utilizados os escores da escala normalizada, apenas para comparação de grupos. A escala vem sendo usada em vários estudos brasileiros, mostrando-se capaz de captar mudanças desenvolvimentais e diferenciar grupos (Eickmann, Lira & Lima, 2002; Gagliardo, Gonçalves, Lima, Francozo & Aranha Neto, 2004; Mello, Gonçalves & Souza, 2004).

Escala WPPSI-R (Wechsler, 1989). A escala WPPSI-R (Wechsler Preschool and Primary Scale of Intelligence – Revised) é um instrumento criado para avaliar a inteligência de crianças entre três anos e sete anos e três meses de idade, através de um conjunto de 12 subtestes, cobrindo diversas áreas de capacidades perceptuais, motoras e verbais. A seleção dos itens de teste é baseada na concepção de inteligência como um constructo global, multidimensional, em vez de definida por uma única característica ou características singulares (Wechsler). O desempenho da criança em cada tarefa é resumido num escore bruto, que é traduzido para uma escala normalizada (média 100 e desvio padrão 15). As instruções para aplicação e apuração foram traduzidas para o português pela equipe. Em que pese alguma evidência de confiabilidade do teste (Méio, Lopes, Sichieri & Morsch, 2001), não se dispõe de validação para o Brasil, de modo que, da mesma forma em que se procedeu com a Escala Bayley, foram utilizados os escores normalizados (QI – Quociente de Inteligência) obtidos por cada participante, ignorando-se as classificações indicadas pelos escores, pelas mesmas razões já mencionadas quanto à Bayley.

Questionário para Avaliação Materna do Desenvolvimento da Criança. Visando obter uma avaliação da criança a partir do ponto de vista da mãe, construiu-se um roteiro de entrevista estruturada, composto por itens descritivos de resultados desenvolvimentais, cobrindo cinco áreas: Relacionamento com pares, Relacionamento com adultos, Empatia, Cognição, e Expressão e controle de emoções. A seleção dos itens foi baseada nas descrições dos padrões de comportamento característicos de apego seguro, conforme a teoria do apego (Bowlby, 1984), e nos marcos desenvolvimentais relaciona-

dos às áreas cognitiva e emocional (Newcombe, 1999). Os itens foram apresentados pelos entrevistadores como descrições do comportamento usual da criança em termos simples, com exemplos do dia a dia. Uma vez que era necessário avaliar o comportamento da criança em termos de uma escala de frequência, e dado o baixo nível de escolaridade das mães, não seria possível utilizar o procedimento usual de auto preenchimento do questionário. Assim, foi solicitado às mães que descrevessem o padrão de comportamento da criança com respeito a cada item, após o que o entrevistador propunha uma classificação em termos de frequência: nunca, às vezes, regularmente, quase sempre e sempre. Essa classificação era submetida imediatamente às mães, que confirmavam ou corrigiam a avaliação feita pelo entrevistador.

Procedimentos de Coleta e Análise dos Dados

Todas as mães foram entrevistadas numa sala da creche, onde foram realizadas também as avaliações das crianças. Em alguns casos, as escalas foram aplicadas nas casas das crianças, quando houve dificuldades para a mãe trazer a criança, ou quando a criança relutava em responder às tarefas solicitadas, por um provável efeito de estranhamento do ambiente. A segunda avaliação foi realizada, em média, seis meses e meio após a segunda. A terceira avaliação ocorreu oito meses depois e, finalmente, a quarta se deu cerca de onze meses após a terceira avaliação. A seleção da escala a ser empregada foi determinada pela idade na criança por ocasião da avaliação, Bayley até 42 meses e WPPSI-R a partir de 43 meses. A aplicação das escalas seguiu uma abordagem “clínica”, sendo as tarefas propostas às crianças em um tom lúdico, valendo-se os examinadores de condições do ambiente imediato para obter a cooperação da criança, inclusive com a participação das mães; de modo geral, essa orientação significava um esforço de obter o melhor desempenho da criança, com procedimentos flexíveis. As avaliações foram realizadas em tantas sessões quanto julgadas necessárias para completar os testes mas, em geral, apenas uma sessão, durando 60 minutos, na média, foi suficiente.

Frequências e médias foram calculadas e os grupos (frequência à creche e demais variáveis) foram comparados, utilizando-se a análise de variância (ANOVA).

Resultados e Discussão

No início do estudo, as crianças tinham em média 21,9 meses, sendo a idade média das que freqüentavam a creche um pouco mais baixa do que as demais, como pode ser visto na Tabela 1, embora a diferença não seja estatisticamente significativa, $F(1,35) = 1,89$, $p = 0,18$. Meninos e meninas estiveram bem balanceados na amostra, sendo que as meninas estão um pouco mais representadas no grupo da creche, com 61,1%. A renda familiar média está um pouco acima (R\$257,60) do salário mínimo vigente na época e é um pouco mais alta entre as famílias cujas crianças estão matriculadas na creche. A idade média das mães foi 27,1, mas os grupos diferem significativamente quanto a esse aspecto; as mães de crianças na creche são mais velhas (29,6) do que as demais (24,8). No conjunto, as mães possuíam 6,1 anos de escola e aquelas cujos filhos estavam na creche tinham um pouco mais de instrução (6,6 anos). Em geral, as duas amostras são homogêneas, uma vez que as diferenças existentes entre os dois grupos não são estatisticamente significativas, com exceção da idade das mães.

Para a análise do desenvolvimento cognitivo, foram utilizados os Índices de Desenvolvimento Mental (IDM) da Escala Bayley e o QI da WPPSI-R. A média de idade das crianças na primeira avaliação foi 24,4 meses (desvio padrão 6,6, com a idade mínima em 13 meses e a máxima em 37). Como se pode verificar na Tabela 2, as médias dos escores situam-se abaixo de 100 em todas as avaliações. Esse resultado situaria a população como um todo na faixa de desenvolvimento normal, embora um pouco abaixo do esperado na escala original; essa interpretação, entretanto, carece de confiabilidade, devido à ausência de padronização para a população brasileira. Houve uma progressão muito suave e constante entre a primeira e a última avaliação, começando pela média de 90,5, e alcançando uma média 4,1 pontos mais alta (94,6) na última avaliação.

Tabela 1
Caracterização da População no Início do Estudo

	Total (frequência ou média)	Frequente a creche	Não frequente a creche	p
Idade da criança (meses)	21,9	20,3	23,5	
Meninas	56,0%	61,1%	52,6%	
Renda familiar ²	257,60	289,4	227,4	
Idade da mãe (anos)	27,1	29,6	24,8	*
Escolaridade da mãe (anos)	6,1	6,6	5,7	
Número de casos	37	18	19	

Nota.* $p < 0,05$

² No começo do estudo, o salário mínimo nacional era de R\$240,00.

Tabela 2
Evolução dos Índices de Desenvolvimento Mental (IDM/QI) durante 26 Meses

	Idades por ocasião da avaliação					IDM/QI	
	N	Média	Desvio padrão	Mínima	Máxima	Média	Desvio padrão
Avaliação 1	37	24,4	6,6	13	37	90,5	11,1
Avaliação 2	36	32,0	6,2	20	43	90,9	11,4
Avaliação 3	34	40,5	7,1	28	54	93,3	11,6
Avaliação 4	32	51,3	6,8	38	66	94,6	12,7

As diferenças em médias em desempenho cognitivo entre as quatro avaliações não são acentuadas, nem são estatisticamente significativas (comparação de medidas repetidas aplicando-se um modelo linear geral, $F(3, 29) = 1,61, p = 0,32$, mas a possibilidade de que tenha ocorrido uma melhora “espontânea” pode ser considerada, uma vez que uma tendência nessa direção foi encontrada por Miranda et al. (1999), igualmente em amostra brasileira, no que diz respeito a uma melhoria de desempenho conforme o aumento de idade. Naturalmente, outra possibilidade, não discutida pelos autores na sua pesquisa, mas passível de ser aplicada ao presente estudo, é a interferência de um efeito de familiaridade com os testes, com a equipe de avaliadores e a redução do medo de estranhos, conforme o aumento de idade da criança. De fato, as observações realizadas durante a aplicação dos testes indicam que muitas crianças relutavam em realizar as tarefas, mostrando timidez e/ou receio. Apesar dos cuidados em deixar a criança confortável, não há como eliminar a hipótese de que, conforme a criança se torna mais velha, ela será mais receptiva a realizar tarefas para pessoas com quem não convive diariamente.

A escolaridade da mãe vem sendo considerada um preditor bastante confiável de diferenças em resultados diversos em estudos sobre desenvolvimento, em várias áreas (Lordelo, Fonseca & Araújo, 2000; Ribas Jr., Moura & Bornstein, 2003). No caso da presente amostra, observa-se uma suave tendência a uma melhoria no desempenho das crianças conforme aumenta a escolaridade da mãe, medida pelo número de anos completados na escola. Por exemplo, na segunda avaliação (Tabela 3), as crianças cujas

mães têm menor escolaridade tiveram um escore médio de 85,0; esse escore sobe para 92,0 para crianças de mães com cinco a oito anos de estudo e chega 95,6 no grupo em que as mães têm mais de oito anos de escola. Na terceira avaliação a tendência se mantém e as diferenças são estatisticamente significativas, $F(2, 31) = 8,11, p < 0,001$. A tendência continua na quarta avaliação, mas agora as diferenças são menos acentuadas, não alcançando significação estatística. Nessa última avaliação, a redução da diferença deu-se pelo aumento nos escores obtidos pelos grupos com escolaridade mais baixa, enquanto o grupo de crianças cujas mães têm mais de oito anos de escola teve uma pequena redução nos escores.

Esses resultados, embora não confirmando inequivocamente o efeito da escolaridade materna nos resultados desenvolvimentais, são coerentes com a tendência apontada na literatura, uma vez que a variação total da amostra quanto à escolaridade é relativamente pequena, especialmente no polo da escolaridade mais alta, onde há apenas oito mães e o grau máximo de escolaridade encontrado foi o segundo grau completo.

A renda da família, categorizada em três faixas, mostrou-se significativamente relacionada com o Índice de Desenvolvimento Mental/QI, como pode ser visto na Tabela 4, em duas das quatro avaliações realizadas. Essa diferença foi mais acentuada na terceira avaliação, quando as crianças cujas famílias possuíam renda até R\$100,00, bem abaixo do salário mínimo vigente na época, tiveram uma média do IDM/QI de 83,8; na faixa de renda de R\$101,00 a R\$310,00, a média eleva-se para 96,6 e na faixa mais alta,

Tabela 3
Índice de Desenvolvimento Mental (IDM/QI) por Escolaridade da Mãe

	Idade (meses)	Até 4 anos		5 a 8 anos		Mais de 8 anos		ANOVA	
	Média	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	F	p
Avaliação 1	24,4	83,9	12,8	92,6	10,2	93,9	8,4	2,72	
Avaliação 2	32,0	85,0	13,0	92,0	11,8	95,6	4,2	2,25	
Avaliação 3	40,5	85,0	11,7	93,6	9,3	104,1	6,7	8,11	***
Avaliação 4	51,3	88,7	14,8	95,8	12,5	100,2	6,3	1,71	
N. de casos		10		19		08			

Nota. *** $p < 0,001$.

a partir de R\$311,00, o IDM/QI alcança a média de 99,8, $F(2, 31) = 10,05$, $p < 0,001$. Na última avaliação, quando as crianças estavam com mais de quatro anos, em média, o IDM/QI do grupo de renda mais baixa não passou de 87,7, subindo para 96,0 entre as crianças de famílias com renda intermediária e alcançando o escore de 99,8 pontos no grupo de renda mais alta.

Esse resultado é compatível com diversos estudos sobre a relação entre desenvolvimento cognitivo e nível sócio econômico da família ou diferenças de experiências (Eickmann, Lira, & Lima, 2002; Spiess, Büchel & Wagner, 2003), embora essa relação seja mediada por vários fatores. Geralmente, condições de vida associadas à baixa renda, como ambiente pobre e desorganizado, *background* cultural

Tabela 4
Índice de Desenvolvimento Mental (IDM/QI) por Renda Familiar

	Idade (meses)	Até R\$100,00		R\$101,00 a R\$310,00		A partir de R\$311,00		ANOVA	
	Média	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	F	p
Avaliação 1	24,4	85,2	9,8	90,2	12,0	95,4	9,9	3,00	
Avaliação 2	32,0	83,8	10,5	94,0	11,5	94,8	9,6	4,12	*
Avaliação 3	40,5	83,8	11,7	96,6	8,2	99,8	7,3	10,05	***
Avaliação 4	51,3	87,7	9,3	96,0	15,3	99,8	11,2	3,05	
N. de casos		12		11		14			

Notas. * $p < 0,05$; ** $p < 0,001$.

minoritário, alto estresse dos pais, altas taxas de natalidade, residência em bairros com alta incidência de violência e criminalidade, refletem-se na quantidade e qualidade do envolvimento parental com as crianças e no tipo de experiência proporcionada, afetando o conjunto ou aspectos particulares do desenvolvimento, muitas vezes em interações complexas com variáveis individuais e *background* étnico e cultural (Dearing, 2004; Parke et al, 2004; Yoshikawa, 1999).

Os resultados relativos ao principal foco da pesquisa, a experiência de creche como uma possível influência no desenvolvimento cognitivo, podem ser vistos Tabela 5. As pequenas diferenças nos Índices de Desenvolvimento Mental/QI existentes entre as crianças conforme o tipo de cuidado recebido (frequência à creche ou permanência em casa) não são estatisticamente significativas. Em todas as avaliações, as crianças que frequentam a creche obtiveram resultados bastante próximos dos encontrados entre as crianças que permanecem em casa, mas sempre um pouco acima, embora não o suficiente para descartar a possibilidade de um resultado casual.

Entretanto, devido ao pequeno tamanho da amostra, não se pode descartar a possibilidade de que essa diferença,

que favoreceria as crianças que frequentam a creche, exista de fato. De qualquer forma, os dados existentes na literatura são ambíguos a esse respeito, havendo resultados contraditórios (Bates et al., 1994; Broberg, Wessels, Lamb & Hwang, 1997; Burchinal et al., 2000; Burchinal & Cryer, 2003; Campbell, Lamb & Hwang, 2000; Kwan, Silva & Reeves, 1998), não tendo sido possível, até o momento, afirmar uma conclusão definitiva. Por outro lado, é importante lembrar que a relação entre desenvolvimento cognitivo e experiência de creche tem sido mais encontrada quando as creches são de boa qualidade.

Os questionamentos às medidas padronizadas como recurso para comparação de grupos têm sido uma fonte de alerta para a confiabilidade dos resultados de pesquisa. As escalas utilizadas para avaliar o desenvolvimento cognitivo nas avaliações (Bayley, 1993; Weschler, 1989) contém alguns objetos que, certamente, não são totalmente familiares às crianças dessa amostra. Apesar de seu uso relativamente freqüente no país, não se dispõe de validação sistemática. Assim, julgou-se que seria útil utilizar uma medida paralela, baseada no relato das mães, de modo a adicionar

Tabela 5
Índice de Desenvolvimento Mental (IDM/QI) por Frequência à Creche

	Idade (meses)	Freqüente creche		Não freqüente creche		ANOVA	
	Média	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	F	p
Avaliação 1	24,4	91,7	9,7	89,5	12,5	0,35	
Avaliação 2	32,0	92,0	9,7	89,8	13,0	0,31	
Avaliação 3	40,5	95,7	11,9	90,8	11,0	1,54	
Avaliação 4	51,3	94,3	8,0	94,9	16,0	0,02	
N. de casos		15		17			

maior confiabilidade ao instrumento padronizado. Os resultados apresentados a seguir incluíram apenas os itens do instrumento que captaram alguma diferença entre os grupos, na primeira ou na quarta avaliação.

Como se pode ver na primeira avaliação, todas as diferenças observadas entre as crianças favorecem aquelas que não estão freqüentando a creche: “Exceto quando doente, prefere a companhia de outras crianças”, “Aceita ser tocado rapidamente por desconhecidos”, “Chora quando a mãe sai”, “Brincando no mesmo ambiente, mantém-se de olho na mãe”, “Brincando com outras crianças, compartilha objetos e brinquedos” e “Acalma-se sozinha”. Todos esses itens estão ligados, provavelmente, ao sistema de apego, que foi a base teórica para a sua escolha. À primeira vista, eles indicam a emergência de uma ligação insegura ou, mais provavelmente, uma transição, um estado instável do vínculo do apego, submetido às tensões das longas separações diárias, em crianças de menos de três anos.

Pouco mais de dois anos depois, todas essas diferenças desapareceram, mas agora, aparecem outros itens em que as crianças que estão freqüentando a creche alcançaram uma média mais elevada do que as que permanecem em casa, sugerindo que os efeitos existentes na primeira avaliação foram passageiros ou, se ainda existem, não são mais traduzidos nos mesmos comportamentos.

Os outros três novos itens que aparecem como diferenças entre os dois grupos foram: “Usa objetos com função diferente da original”, “Aceita convite de outras crianças para brincar” e “Aceita tentativas de aproximação de crianças não conhecidas”. Agora, essas diferenças favorecem as crianças que estão na creche, com médias significativamente mais altas do que as observadas entre as crianças que são criadas em casa. Os itens estão relacionados principalmente à interação com pares, sugerindo mais competência social no que diz respeito à interação com outras crianças. Novamente, não é certo que essas diferenças reflitam uma real diferença em desenvolvimento em competência social ou se, em crianças mais novas, os itens não são adequados para captar diferenças desenvolvimentais. Sem perder de vista essa possibilidade, ressalta-se a confluência de resultados encontrados por vários outros pesquisadores, nessa mesma direção (Belsky, 1988, 1992; Belsky & Steinberg, 1988; Clarke-Stewart, 1992a; Scarr & Eisenberg, 1993) como uma indicação de validade do achado.

Esses resultados são também compatíveis com muitos dos estudos sobre a transitoriedade dos efeitos de creches que, apesar de encontrarem diferenças significativas entre crianças conforme a sua experiência de cuidado diário, limitam seus efeitos aos anos pré-escolares (Clarke-Stewart, 1992a).

Tabela 6
Médias dos Itens de Avaliação da Criança pela Mãe, na Primeira e Quarta Avaliações

	Primeira avaliação				Quarta avaliação			
	Freqüenta creche		Não freqüenta a creche		Freqüenta creche		Não freqüenta a creche	
	<i>Média</i>	DP	<i>Média</i>	DP	<i>Média</i>	DP	<i>Média</i>	DP
Exceto quando doente, prefere a companhia de outras crianças	2,3	(1,0)	3,8	(1,4) **	3,4	(1,5)	3,9	(1,5)
Aceita ser tocado rapidamente por desconhecidos	1,7	(1,3)	4,8	(0,7)*	2,3	(1,5)	2,4	(1,4)
Chora quando a mãe sai	4,6	(0,8)	3,3	(0,16)**	3,9	(1,7)	3,8	(1,6)
Brincando no mesmo ambiente, mantém-se de olho na mãe	3,8	(1,7)	2,8	(1,9)**	2,9	(1,7)	2,6	(1,6)
Coordena suas ações com as de outras crianças	2,6	(1,4)	4,0	(1,3)*	3,8	(1,5)	3,1	(1,7)
Acalma-se sozinha	2,0	(1,4)	3,3	(1,8)*	3,5	(1,7)	3,2	(1,5)
Brincando com outras crianças, compartilha objetos e brinquedos	2,3	(1,3)	3,3	(1,6)*	3,9	(1,6)	3,6	(1,6)
Brincando, usa objetos com função diferente da original (faz de conta)	4,0	(1,6)	3,3	(1,9)	4,9	(2,6)	3,8	(1,7)*
Aceita convites de outras crianças para brincar	3,5	(1,6)	4,2	(1,3)	4,8	(0,8)	3,6	(1,5)*
Aceita tentativas de aproximação de crianças não conhecidas	3,5	(1,5)	3,5	(1,8)	4,4	(1,1)	2,5	(1,3)***
Número de casos	18		19		17		18	

Notas. * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Discussão e Conclusões

O presente estudo, um acompanhamento longitudinal de dois grupos de crianças experimentando diferentes ambientes de cuidado, mostrou que a principal dimensão avaliada – o desenvolvimento cognitivo – está relacionada com a renda familiar e, provavelmente, com a escolaridade da mãe e a faixa etária da criança. No que diz respeito à experiência de creche, entretanto, não foram encontradas evidências de impacto significativo, um achado que é, em muitos aspectos, compatível com a avaliação das mães.

Esse resultado está de acordo com o encontrado por Rubiano (1992), que também não encontrou déficit significativo em diversas medidas de desenvolvimento em crianças frequentando creche numa cidade do estado de São Paulo; os dados aproximam-se também, em certa medida, dos achados de Miranda et al. (1999), quanto a um aumento nos resultados da medida cognitiva, independentemente das condições ambientais experimentadas.

Os achados são também consistentes, em termos gerais, com a literatura internacional, principalmente os estudos realizados nos Estados Unidos, pelo menos em alguns aspectos: há poucas diferenças em desenvolvimento cognitivo entre crianças criadas em creches ou em casa, se as creches não são de alta qualidade (Belsky, 1992; Clarke-Stewart, 1992b; Scarr & Eisenberg, 1993). Como já mencionado antes, a creche frequentada pelas crianças deste estudo, embora seja bem organizada, fornecendo um atendimento que é considerado muito bom pelas famílias usuárias, certamente não preenche os atributos que identificam uma creche de alta qualidade nos Estados Unidos, em critérios como razão adulto-criança, escolaridade e treino dos educadores, disponibilidade de materiais e equipamentos, e organização das atividades.

A partir desses achados, entretanto, não se pretende concluir que as creches não têm efeito benéfico sobre as crianças, em geral. Deve ser ressaltada a limitação de alcance dos resultados aos objetivos do estudo, seu escopo e as condições contextuais, de modo que as conclusões devem ser entendidas como restritas a esses parâmetros. O foco aqui adotado, o do desenvolvimento cognitivo, não é o único e talvez nem seja o mais importante. O desenvolvimento humano se faz de maneira integrada e é só por conveniência da pesquisa que se prioriza uma dimensão, ignorando as demais. Por outro lado, assumindo uma perspectiva ecológica, nos termos da teoria de Bronfenbrenner (Bronfenbrenner, 1979/1996; Bronfenbrenner & Ceci, 1994; Bronfenbrenner, Moen, Elder Jr. & Lüscher, 1995), eventos que ocorrem num nível do sistema afetarão a pessoa em desenvolvimento, através das interconexões entre os elementos do sistema e suas diversas instâncias.

Nesse sentido, Moreira e Lordelo (2002) apontam as possíveis repercussões do uso da creche numa população urbana pobre, destacando quatro áreas de influências: apoio para o trabalho feminino, com uma correspondente melhoria potencial na renda das famílias; criação de oportunidades para fornecimento/discussão de modelos e estratégias de criação e educação de filhos; aumento do conhecimento

sobre educação e psicologia e engajamento em empreendimentos comunitários.

Assim, é importante que resultados específicos produzidos por um estudo de escopo limitado não sejam utilizados perdendo-se de vista o contexto total em que o fenômeno ocorre. Esse contexto é o de um ambiente pobre e violento, onde as preocupações com a sobrevivência e a segurança da criança assumem o primeiro plano, mas não tanto à frente das preocupações com a sobrevivência dos adultos tampouco. Por isso é importante pensar na creche não só pelo seu valor funcional primeiro, mas também pelos seus impactos potenciais em uma rede de relações. Esse ponto é explicitamente afirmado:

... a creche pode ter um impacto além da contribuição à educação da criança e, portanto, pode ser vista também como estratégia de elevação da qualidade de vida da população, assumindo um importante papel em contribuir para prover suporte às famílias e quebrar ciclos de violência doméstica, baixa escolaridade e reorganização de valores e práticas de criação. (Moreira & Lordelo, 2002, p. 20).

Essa cautela é especialmente importante quando se sabe que as propriedades dos ambientes são dinâmicas, com diferentes significados conforme as relações entre seus elementos. Enquanto a experiência de creche pode ser significativa em produzir resultados desenvolvimentais diferenciados num bairro e em um tipo de família, ela pode ser inócua ou gerar resultados opostos em outro contexto, como já assinalado para o efeito interveniente de variáveis como sexo, nível sócio-econômico e qualidade da creche (Scarr & Eisenberg, 1993).

Limitações e Perspectivas

O estudo aqui relatado constitui um dos poucos disponíveis no Brasil sobre efeito de creches e, como tal, não pode ser confrontado com um conjunto de dados capaz de colocá-lo em perspectiva no contexto brasileiro. A pequena amostra e o foco limitado a poucas dimensões são características que restringem o alcance dos resultados. Por exemplo, não se levou em conta qualquer informação referente a características étnicas dos participantes. Considerando o acúmulo de informações sobre a significância desse dado na formação da identidade pessoal e social da criança, com repercussões práticas sobre desempenho acadêmico e auto-estima, trata-se de uma lacuna importante, a ser considerada na interpretação dos resultados e em estudos futuros.

Além desses fatores, deve-se apontar uma limitação clássica nesse tipo de estudo, que é um efeito de viés da amostra; não há como saber se as crianças diferem em algum aspecto importante, ligado à decisão familiar de engajá-las ou não na creche, que possa ser responsável pelas diferenças (ou a sua ausência) encontradas. Essa característica, entretanto, é a regra quase absoluta em estudos sobre efeitos de creche, em todos os países onde esses estudos têm sido realizados.

Em segundo lugar, o acompanhamento longitudinal não cobre um período suficientemente longo para captar possíveis

repercussões da experiência que podem aparecer muito mais tarde. Estudos de *follow-up* são necessários para ampliar o conhecimento sobre o fenômeno. Essa possibilidade está prevista, inclusive com o conhecimento e a concordância das famílias participantes, embora o pequeno tamanho dos grupos seja uma preocupação a enfrentar ante a conhecida perda de participantes, característica dos estudos longitudinais.

No que diz respeito às implicações práticas, os resultados aqui encontrados podem ser vistos como fundamentação a decisões relativas à organização do cuidado à criança nos primeiros anos de vida, pelo menos preliminarmente. Não há razão para considerar, na formulação de políticas públicas para o atendimento à infância, que o uso da creche, ainda que organizada com recursos modestos, possa prejudicar a criança ou o seu desenvolvimento.

Em vista da relevância do problema da educação infantil, os autores sugerem fortemente um engajamento maior da comunidade científica nacional na investigação dos efeitos da creche, principalmente em uma dimensão não contemplada neste estudo, que é a relativa à sua qualidade, em vista das evidências internacionais sobre o peso desse fator em resultados desenvolvimentais (Belsky, 1992; Clarke-Stewart, 1992a; Volling & Feagans, 1995), bem como no bem estar das crianças e famílias.

Referências

- Associação dos Voluntários para o Serviço Internacional. (1999). *Retrato da comunidade de Novos Alagados – Segunda etapa*. Salvador, BA.
- Bates, J. E., Marvinney, D., Kelly, T., Dodge, K. A., Bennett, D. S., & Pettit, G. S. (1994). Child-care history and kindergarten adjustment. *Developmental Psychology*, 30(5), 690-700.
- Bayley, N. (1993). *Bayley scales of infant development* (2. ed.). San Antonio, CA: The Psychological Corporation.
- Belsky, J. (1988). The “effects” of infant day care reconsidered. *Early Childhood Research Quarterly*, 3, 235-272.
- Belsky, J. (1992). Consequences of childcare for children’s development: A deconstructionist view. In A. Booth (Ed.), *Child Care in the 1990s* (pp. 83-94). Hillsdale, NJ: LEA.
- Belsky, J., & Steinberg, L. D. (1988). The effect of day care: A critical review. *Child Development*, 49, 929-949.
- Bowlby, J. (1984). *Apego* (A. Cabral, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Bowman, B. T. (1992). Child development and its implications for daycare. In A. Booth (Ed.), *Child Care in the 1990s* (pp. 95-100). Hillsdale, NJ: LEA.
- Broberg, A. G., Wessels, H., Lamb, M., & Hwang, C. (1997). Effects of day care on the development of cognitive abilities in 8-year-olds: A longitudinal study. *Developmental Psychology*, 33, 62-69.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados* (M. A. V. Varonese, Trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Original publicado em 1979)
- Bronfenbrenner, U., & Ceci, S. J. (1994). Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: A bioecological model. *Psychological Review*, 101, 568-586.
- Bronfenbrenner, U., Moen, P., Elder, G. H., Jr., & Luscher, K. (1995). Developmental ecology through space and time: A future perspective. In P. Moen, G. H. Elder Jr. & K. Luscher (Eds.), *Examining lives in context – Perspectives on the ecology of human development* (pp. 619-648). Washington, DC: American Psychological Association.
- Burchinal, M. R., Roberts, J. E., Riggins, R., Zeisel, S. A., Neebe, E., & Bryant, D. (2000). Relating quality of center-based child care to early cognitive and language development. *Child Development*, 71, 339-357.
- Burchinal, M. R., & Cryer, D. (2003). Diversity, child care quality, and development outcomes. *Early Childhood Research Quarterly*, 28, 401- 426.
- Campbell, J., Lamb, M. E., & Hwang, C. (2000). Early child-care experiences and children’s competence between 1,5 and 15 years of age. *Applied Developmental Science*, 4(3), 166-175.
- Clarke-Stewart, A. (1992a). Consequences of child-care for children’ development. In A. Booth (Ed.), *Child Care in the 1990s* (pp. 63-82). Hillsdale, NJ: LEA.
- Clarke-Stewart, A. (1992b). Consequences of child-care – One more time: A rejoinder. In A. Booth (Ed.), *Child Care in the 1990s* (pp. 116-124). Hillsdale, NJ: LEA.
- Dearing, E. (2004). The developmental implications of restrictive and supportive parenting across neighborhoods and ethnicities: Exceptions are the rule. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 25, 555-575.
- Early Child Care Research Network (2004). Type of child care and children’s development at 54 months. *Early Childhood Research Quarterly*, 19, 203-230
- Eickmann, S. H., Lira, P. I. C., & Lima, M. C. (2002). Desenvolvimento mental e motor aos 24 meses de crianças nascidas a termo com baixo peso. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, 60, 748-754.
- Gagliardo, H. G. R. G., Gonçalves, V. M. G., Lima, M. C. M. P., Francozo, M. F. C., & Aranha Neto, A. (2004). Função visual e controle motor apendicular em lactentes pequenos para a idade gestacional. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, 62, 955-962.
- Howes, C. (1990). Can the age of entry and the quality of infant child care predict adjustments in kindergartens? *Developmental Psychology*, 26, 252-303.
- Kwan, C., Sylva, K., & Reeves, B. (1998). Day care quality and child development in Singapore. *Early Child Development & Care*, 144, 69-77.
- Lordelo, E. R., Fonseca, A. L., & Araújo, M. L. V. B. (2000). Responsividade do ambiente de desenvolvimento: Crenças e práticas como sistema cultural de criação de filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(1), 73-80.
- Méio, M. D. B. B., Lopes, C. S., Sichieri, R., & Morsch, D. S. (2001). Confiabilidade do Teste WPPSI-R na avaliação do desenvolvimento cognitivo de pré-escolares. *Cadernos de Saúde Pública*, 17(1), 99-105.
- Mello, B. B. A., Gonçalves, V. M. G., & Souza, E. A. P. (2004). Comportamento de lactentes nascidos a termo pequenos para a idade gestacional no primeiro trimestre da vida. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, 62, 1046-1051.
- Miranda, C. T., Paula, C. S., Palma, D., Silva, E. N. K., Martin, D., & Nóbrega, F. J. (1999). Impact of the application of neurolinguistic programming to mothers of children enrolled in a day care center of a shantytown. *São Paulo Medical Journal*, 117 (2), 63-71.
- Moreira, L. M. V. (1999). *Concepções de mães usuárias de creche sobre educação de filhos*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.
- Moreira, L. M. V., & Lordelo, E. R. (2002). Creche em ambiente urbano pobre: Ressonâncias no ecossistema desenvolvimental. *Inter.Ação-UFPR*, 6(1), 1-13.

- Newcombe, N. (1999). *Desenvolvimento infantil: Abordagem de Mussen* (C. Buchweitz, Trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Parke, R. D., Coltrane, S., Duffy, S., Buriel, R., Dennis, J., Powers, J., & French, S. (2004). Economic stress, parenting, and child adjustment in Mexican American and European American Families. *Child Development*, 75, 1632-1656.
- Ribas, R. C., Jr., Moura, M. L. S., & Bornstein, M. (2003). Socioeconomic status in Brazilian psychological research: II Socioeconomic status and parenting knowledge. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8, 385-392.
- Rosemberg, F. (1986). Creches domiciliares: Argumentos ou falácias. *Cadernos de Pesquisa*, 56, 73-81.
- Rossetti-Ferreira, M. C. (1995). O contexto de educação da criança pequena segundo a psicologia do desenvolvimento: Um debate internacional [Resumo]. In Sociedade Brasileira de Psicologia (Ed.), *XXV Reunião Anual de Psicologia, Resumos* (pp. 77). Ribeirão Preto, SP: SBP.
- Rubiano, M. R. B. (1992). Avaliação do desenvolvimento infantil em creche. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 44(1/2), 42-52.
- Rubiano, M. R. B., & Rossetti-Ferreira, M. C. (1985). Avaliação longitudinal do desenvolvimento psicológico em crianças de creche [Resumo]. In Sociedade Brasileira de Psicologia (Ed.), *XV Reunião Anual de Psicologia: Resumos* (pp. 119). Ribeirão Preto, SP: SBP.
- Scarr, S., & Eisenberg, M. (1993). Child care research: issues, perspectives, and results. *Annual Review of Psychology*, 44, 613-644.
- Spiess, C. K., Büchel, F., & Wagner, G. G. (2003). Children's school placement in Germany: Does kindergarten attendance matter? *Early Childhood Research Quarterly*, 18, 255-270.
- Volling, B. L., & Feagans, L. V. (1995). Infant day-care and children's social competence. *Infant Behavior and Development*, 18, 177-188.
- Wechsler, D. (1989). *WPPSI-R - Wechsler Preschool and Primary Scale of Intelligence - Revised*. San Antonio, TX: The Psychological Corporation.
- Yoshikawa, H. (1999). Welfare dynamics, support services, mothers' earnings, and child cognitive development: Implications for contemporary welfare reform. *Child Development*, 70, 779-801.

Recebido: 31/03/2005
1ª revisão: 13/10/2005
2ª revisão: 20/05/2006
3ª revisão: 24/11/2006
Aceite final: 04/12/2006